

Filipe Carreira da Silva
Sofia Aboim
Tiago Saraiva

Capítulo 7

Participação cívica e vida urbana em Portugal

Neste capítulo pretende-se examinar a relação entre participação cívica e exposição à vida urbana no Portugal contemporâneo, dando continuidade de certa forma às questões abordadas no capítulo anterior. Neste sentido, e na esteira de uma longa tradição política e sociológica que procurou discutir a relação virtuosa entre cidade e cidadania,¹ isto é, entre o efeito positivo que a experiência de se viver e trabalhar em contextos urbanos tem sobre o exercício efectivo dos direitos de cidadania, pretendemos ver testada a hipótese de que esta relação virtuosa se mantém saliente hoje em dia em Portugal. Por outras palavras, o objectivo do presente capítulo consiste em descobrir qual a influência que a «cidade» tem sobre a «cidadania».

A relação acima referida pode ser discutida a partir, pelo menos, de dois ângulos diferentes. Por um lado, há quem defenda que as novas formas urbanas que vêm emergindo um pouco por todo o mundo e, mais recentemente também em Portugal, no sentido de uma suburbanização cada vez maior do espaço envolvente da cidade, tendem a retirar a esta última o estatuto de *locus* da cidadania. A cidadania seria, deste ponto de vista, cada vez mais exercida em rede, por intermédio das possibilidades tecnológicas entretanto surgidas, que assim compensariam a dispersão dos cidadãos no território nacional. Por outro lado, há quem pense que a cidade não perdeu a sua centralidade na activação da participação cívica, apesar da crescente metropolitanização do espaço urbano. A cidade continua a ser importante, em primeiro lugar, porque nela se concentra a vida cívica e é nela que têm lugar os chamados

¹ Na qual se destaca, por exemplo, Weber (1962 [1921]), Simmel (1950 [1903]) e Wirth (1938).

«actos de cidadania», tais como manifestações e outras formas de protesto ou iniciativas cívicas (o dia sem carros, por exemplo). Além disso, a cidade tornou-se um elemento-chave na era da globalização. Uma das características distintivas desta última é a emergência de uma rede transnacional de centros urbanos, especialmente concentrados, embora globalmente interconectados entre si. A cidade seria, sob esta perspectiva, o palco mais favorável à participação cívica e política, pois não só aí se jogariam lutas políticas locais como conflitos de ordem nacional ou até global. E, se é verdade que a experiência da *suburbia* nos Estados Unidos remete, segundo alguns autores (Castells 1992), para um modelo de participação em rede, o carácter desqualificado de muitos dos subúrbios na Europa e no resto do mundo, assim como a tremenda concentração de recursos em zonas urbanas exíguas, devem alertar-nos para o papel ainda, e cada vez mais, relevante dos *centros* urbanos, isto é, da *cidade* no seu sentido clássico. Será que a cidade é, hoje como ontem, o *locus* primordial da prática cívica ou será que, pelo contrário, a distinção entre urbano e suburbano já perdeu a sua validade?

O nosso propósito neste capítulo é o de averiguar qual destas perspectivas encontra maior suporte empírico nos dados disponíveis. Usando para este efeito os dados do inquérito do ISSP 2004,² pretendemos verificar em que medida as práticas de participação política não convencional e, em particular, as práticas de participação mobilizada são promovidas pela experiência de se viver e trabalhar em contextos urbanos. Esta análise desenvolve o capítulo de Manuel Villaverde Cabral, baseando-se nas suas conclusões acerca do «efeito-metrópole», para explorar o «efeito-cidade» propriamente dito. Isto será feito a dois níveis: o de Portugal continental, em que falaremos do «efeito-cidades» para descrever o impacto dos aglomerados urbanos de média dimensão sobre a prática de cidadania, e o da Área Metropolitana de Lisboa (AML),³ em que procuraremos destringir o «efeito-metrópole» do «efeito-cidade» (de Lisboa).

² Este estudo tem por base empírica dados obtidos através de um inquérito por questionário aplicado em Portugal no ano de 2004 no âmbito do projecto internacional *International Social Survey Project* (ISSP), cuja aplicação no nosso país esteve a cargo do ICS-UL, onde foi coordenado por Manuel Villaverde Cabral. Além da amostra estatisticamente representativa a nível do continente, o estudo português compreende ainda uma amostra sobre-representada da população da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

³ Neste inquérito a AML integra apenas treze dos dezoito concelhos deste conjunto administrativo: Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Moita, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

Ao concentrar-se na participação política não convencional, este capítulo reflecte também as mudanças mais gerais ocorridas nas práticas de cidadania. Nas últimas três décadas, os níveis de participação eleitoral têm vindo a diminuir de forma consistente em Portugal, a exemplo do que se tem verificado na generalidade dos países desenvolvidos no mesmo período.⁴ Esta diminuição pronunciada e continuada dos índices de participação política convencional nos regimes democráticos consolidados está na origem da chamada «crise de representação», ou «crise das democracias representativas», uma hipótese de explicação que aponta para um gradual afastamento entre eleitos e eleitores devido a um conjunto variado de factores.⁵ Neste contexto, a atenção dos cientistas sociais interessados neste fenómeno começou a virar-se para outras formas de participação política que, ao contrário da participação eleitoral, pareciam estar a emergir e a assumir uma importância crescente. Ou seja, a hipótese de que à diminuição da participação política convencional de algum modo corresponderia o crescimento de outras formas de participação política começou a ganhar uma crescente relevância.⁶ É neste contexto que o presente capítulo deve ser lido.

Em particular, o nosso objectivo é discutir o «efeito-cidade» sobre duas formas distintas de participação política *não convencional* no nosso país, já apresentadas no capítulo anterior.⁷ Por um lado, temos aquilo a que se chamou «associativismo», um conjunto de práticas que remete para a pertença a instituições ou organizações colectivas de natureza política, religiosa, recreativa ou outra: trata-se de uma participação mais institucionalizada, que exige um investimento e competências relativamente diminutas (por vezes, limitando-se ao pagamento periódico de

⁴ V., para o caso português, André Freire e Pedro Magalhães, *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002), e, para o conjunto de países desenvolvidos, por exemplo, Mark Newman Franklin, *Voter Turnout and Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies since 1945* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004).

⁵ Para um texto recente a este respeito, cujas conclusões sobre o caso francês podem certamente ser generalizadas a outros países europeus, v. Jean-Pierre Worms, «France. old and new civic and social ties in France», in *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, org. Robert D. Putnam (Oxford: Oxford University Press, 2004).

⁶ Para um estudo recente sobre as novas formas de cidadania nos EUA, v. Russell Dalton, «Citizenship norms and the expansion of political participation», *Political Studies*, 56 (2008): 76-98.

⁷ Esta dualidade foi originalmente criada a partir da mesma base de dados (ISSP 2004) por Cabral e Silva (2007).

quotas), exibindo, portanto, um cariz mais passivo. Por outro lado, encontramos a chamada «mobilização», com a qual se pretende descrever práticas de participação política onde a tomada de decisão individual é um factor muito mais importante. Exemplos deste tipo de participação incluem, entre outros, a participação em manifestações ou comícios, o assinar de petições ou o dar dinheiro para causas públicas. A expressão «mobilização» pretende justamente enfatizar o carácter autónomo e a importância da iniciativa individual para a prossecução deste tipo de participação política não convencional.

Estes dois tipos de participação política não convencional parecem ser congruentes com a clivagem, identificada em primeiro lugar por Ronald Inglehart no seu *The Silent Revolution* (1974), entre valores ditos «materialistas», como é o caso do apoio ao desenvolvimento económico e à segurança e defesa (associados àquilo que Peter Wagner designa por «modernidade organizada»), e valores apelidados de «pós-materialistas», associados a questões como a defesa do meio-ambiente, qualidade de vida, direitos de participação política, etc. Com efeito, enquanto a participação de tipo associativo reenviaria para formas de sociabilidade institucionalizadas, colectivas e tendencialmente passivas (que teriam conhecido o seu ponto alto nas sociedades ocidentais do pós-guerra, no contexto da «modernidade organizada»), a participação de tipo mobilizado estaria particularmente associada a orientações normativas onde a individualização (Beck 2002) e a reflexividade estariam a ganhar cada vez mais preponderância.

Em todo o caso, neste capítulo decidimos centrar a nossa atenção não tanto nos valores e representações dos actores sociais, mas sobretudo nas suas práticas de participação política. O nosso interesse reside fundamentalmente na cidadania enquanto prática e, em particular, na relação entre as práticas de participação cívica e o contexto espacial onde decorrem. Isto não significa, porém, que tenhamos excluído totalmente os valores políticos da nossa discussão: como se verá adiante, estes desempenharão um papel importante no nosso debate quanto ao perfil daqueles que mais participam de forma mobilizada na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

O «efeito-cidades» em Portugal

Em concordância com o primeiro objectivo enunciado, nesta secção iremos apresentar e discutir aquilo que designamos por «efeito-cidades»,

ou seja, o impacto que a dimensão do aglomerado tem sobre a participação política dos indivíduos. Como veremos de seguida, os resultados obtidos parecem apontar para a seguinte conclusão. Viver numa cidade, seja pequena, média ou grande, afecta a forma como os direitos e deveres de cidadania são exercidos. Primeiro, porque a distância ao poder político é menor no sentido geográfico do termo; a proximidade espacial constitui um facilitador do contacto entre cidadãos e instituições. Segundo, porque as oportunidades de interacção e discussão política são maiores em contexto urbano: a densidade populacional, o contacto mais frequente com o *outro* (o «estranho») e o anonimato relativo da vida urbana permitem encontros ocasionais e inesperadas afinidades electivas (uma discussão com o taxista local, os idosos que se reúnem no jardim público, os jovens que se juntam para grafitar paredes ou fazer música de protesto, etc.). Em Portugal, o movimento de concentração urbana das últimas décadas agudizou os contrastes entre o mundo urbano e o mundo rural e alterou a geografia do país. Apesar do crescimento exponencial das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, o interior desertificado viu florescer «ilhas urbanas» (como Viseu, Covilhã ou Évora, entre outras) capazes de atrair pessoas, empresas, universidades, assim criando novo dinamismo social e económico (Ferrão e Marques 2003).

Com efeito, convém lembrar que o abandono dos campos não se deu apenas em direcção às Áreas Metropolitanas de Lisboa (aumento de 5,6% para a década de 91-01) e do Porto (crescimento de 8,9% da população entre 1991 e 2001), mas também para as cidades médias, que viram a sua população aumentar em quase 7% para a década de 91-01 (INE, censos de 1991 e 2001). O trabalho coordenado por Álvaro Domingues, *Cidade e Democracia, 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*, é talvez o melhor registo académico da autêntica explosão do tecido urbano das cidades médias nos últimos anos. A sua leitura e sobretudo a atenção às magníficas fotografias levam à conclusão de que a redefinição do urbano e a reinvenção dos seus modos de vida não são assuntos limitados a Lisboa e do Porto, mas se estendem por parte do território português.

No entanto, apesar das tendências para a concentração da população em contextos urbanos, uma parte significativa dos indivíduos continua a viver em pequenas localidades. Segundo os dados do inquérito ISSP, quase metade dos inquiridos (43%) vive em aglomerados com menos de 2000 habitantes: 14,1% habitam locais com menos de 500 habitantes e 28,9% locais com mais de 500 mas menos de 2000 indivíduos. Em

Quadro 7.1 – Dimensão do aglomerado de residência em Portugal continental, 2004

	%
Até 499 habitantes	14,1
500-1999 habitantes	28,9
2000 a 9999	17,3
10 000 a 49 000	21,0
50 000 a mais de 100 000	18,7
Total	100,0
Total absoluto	1602

contrapartida, apenas cerca de 19% vivem em aglomerados que podemos considerar grandes cidades (mais de 50 000 habitantes).

Os dados analisados reflectem estes contrastes, confirmando as nossas hipóteses iniciais (quadros 7.2 e 7.3). O efeito da dimensão do aglomerado de residência é significativo quer para as práticas de mobilização cívica, quer para as práticas de associativismo, muito embora a relação estatística seja mais intensa no primeiro caso. A correlação segue um padrão linear: à medida que aumenta a dimensão do aglomerado, cresce a mobilização cívica. Esta tendência é clara quando nos reportamos a indicadores que implicam uma dimensão geográfica de distância ao poder: participar em manifestações, em comícios ou contactar directamente os representantes do Estado. Por outro lado, os indicadores que mais directamente traduzem as preocupações dos protagonistas de uma «nova cultura política» (Clark e Hoffmann-Martinot 1998), que se constituiria, e poderia praticar, com relativa independência das coordenadas territoriais, variam também significativamente por relação à dimensão do aglomerado. Com efeito, contrariando as teses da participação em rede, desterritorializada, são até aqueles que maiores variações demonstram. O consumo orientado por preocupações ambientalistas ou razões éticas é francamente mais frequente nas cidades, crescendo à medida que aumenta o grau de urbanidade. Igualmente, a participação em fóruns cibernéticos, indicador paradigmático de uma cultura política em rede, aumenta exponencialmente com a intensificação da urbanidade.

As práticas de associativismo seguem o mesmo padrão. A participação em partidos políticos e sindicatos, instituições de socialização políticas clássicas, triplica nas grandes cidades (mais de 50 000 habitantes) quando comparada com as pequenas aldeias (menos de 500 habitantes).

Quadro 7.2 – Práticas de mobilização em Portugal continental segundo a dimensão do aglomerado

	Continente	Até 499 habitantes	500-1999 habitantes	2000 a 9999 habitantes	10 000 a 49 000 habitantes	50 000 e mais habitantes	Teste: <i>t</i>
Práticas de mobilização: índice*	2,10	1,55	2,00	2,03	2,09	2,23	$F_{(5,19)} = 0,13$
% de indivíduos que, ao longo da vida:							
Assinam uma petição	26,9	12,1	25,1	25,7	30,2	38,4	$(519) = 9,36; p < 0,000$
Compram ou não produtos por razões políticas, éticas ou ambientais	18,3	4,2	12,9	19,1	18,8	35,8	$(503) = 10,27; p < 0,000$
Participam numa manifestação	23,2	7,2	15,2	33,0	24,6	37,0	$(516) = 12,20; p < 0,000$
Participam num comício	18,8	9,4	14,1	24,4	22,0	24,0	$(516) = 7,29; p < 0,000$
Contactam um político ou um alto funcionário do Estado	8,0	1,0	6,8	8,7	11,6	10,5	$(513) = 12,00; p < 0,000$
Dão dinheiro ou recolhem fundos para causas públicas	54,5	35,4	57,9	57,2	54,8	60,6	$(520) = 6,78; p < 0,000$
Participam num fórum através da Internet	7,3	1,5	3,7	7,8	9,5	13,6	$(498) = 10,33; p < 0,000$

* O índice «práticas de mobilização» resulta da soma das variáveis discriminadas no quadro 7.1. A escala utilizada varia entre 1 – nenhuma mobilização a 4 – muita mobilização.

Quadro 7.3 – Práticas de associativismo em Portugal continental segundo a dimensão do aglomerado

	Continente	Até 499 habitantes	500-1999 habitantes	2000 a 9999 habitantes	10 000 a 49 000 habitantes	50 000 e mais habitantes	Teste- <i>t</i>
Práticas de associativismo: índice *	1,43	1,28	1,44	1,43	1,45	1,53	F _(6,520) = 0,02
% de indivíduos que pertencem/participam ou pertenceram a:							
Partido político	9,7	2,2	5,0	5,4	8,4	6,4	(521) = 3,10; <i>p</i> < 0,002
Sindicato, grémio ou associação profissional	23,8	6,2	8,7	12,6	14,6	18,3	(523) = 6,06; <i>p</i> < 0,001
Igreja ou organização religiosa	38,3	35,6	39,1	28,1	19,7	26,1	n. s.
Grupo desportivo, recreativo ou cultural	27,5	8,9	12,4	14,8	15	14,7	(523) = 4,76; <i>p</i> < 0,000
Outra associação voluntária	16,2	1,8	8,7	6,9	11,1	13,8	(520) = 5,65; <i>p</i> < 0,000

* O índice «práticas de associativismo» resulta da soma das variáveis discriminadas no quadro 7.2. A escala utilizada varia entre 1 – nenhum associativismo a 4 – muito associativismo.

A participação cívica em organizações voluntárias de solidariedade, expressão institucionalizada de novas formas de mobilização por causas sociais, aumenta ainda de forma mais evidente; enquanto nas aldeias apenas 2 em cada 100 cidadãos pertencem a este tipo de associações, nas grandes cidades este número aumenta sete vezes. Em 100, 14 indivíduos afirmam participar ou ser membros de organizações voluntárias. Por último, importa ainda salientar as formas tradicionais de associativismo: o grupo recreativo, habitualmente um espaço masculino, e a Igreja, usualmente palco de uma prática feminizada. Ainda que estatisticamente menos significativos (sobretudo a nível da participação religiosa), também estes indicadores são afectados pela dimensão do aglomerado. Curiosamente, os grupos recreativos ou desportivos têm um perfil mais urbano que rural. A Igreja é, de facto, a única instituição que perde membros à medida que o espaço se urbaniza e densifica.

Impõe-se, no entanto, uma questão. Será que estes dados revelam realmente um efeito de urbanidade consentâneo com a nossa hipótese de partida ou serão apenas espelho das diferenças sócio-culturais e económicas que sabemos dividirem o território português? No quadro seguinte podemos observar dados sobre o rendimento do agregado familiar e a escolaridade dos inquiridos que não deixam margem para dúvidas. Quanto menor o aglomerado, maior a proporção de famílias com baixos rendimentos e de indivíduos com fracos recursos escolares. Notemos que, enquanto dois terços dos analfabetos habitam em localidades com menos de 2000 habitantes, a mesma proporção de indivíduos com o ensino superior completo vive em cidades com mais de 10 000 habitantes. A nível do rendimento, as tendências são similares. Se compararmos os que ganham até 350 euros com os que auferem mais de 2500 euros líquidos por mês, verificamos que, enquanto dois terços dos primeiros habitam nas localidades mais pequenas, cerca de 72% dos segundos vivem em aglomerados de mais de 10 000 habitantes.

Estes números poderiam ser razão suficiente para explicar as diferenças na participação política de pessoas residentes em diferentes tipos de aglomerado. Acontece, porém, que as variáveis de medição da urbanidade possuem um efeito próprio não negligenciável. A importância desta dimensão espacial na participação política é confirmada pelas análises de regressão apresentadas no quadro 7.5, onde a variável independente da dimensão do aglomerado de residência tem claro valor explicativo quando reportado às práticas de mobilização. As variáveis sociais, tais como o sexo, a idade, o nível de escolaridade e o rendimento, constituem preditores deste comportamento cívico, o mesmo aconte-

Quadro 7.4 – Distribuição do rendimento familiar e da escolaridade do inquirido segundo a dimensão do aglomerado

	Até 499 habitantes	500-1999 habitantes	2000 a 9999 habitantes	10 000 a 49 000 habitantes	50 000 a mais de 100 000 habitantes	Total
Total	14,7	26,7	19,6	20,6	18,4	100,0
Rendimento do agregado familiar						
Até 350 euros	32,0	31,4	15,1	7,6	14,0	100,0
351-500 euros	19,7	30,7	11,7	18,2	19,7	100,0
501-800 euros	18,0	32,0	20,7	15,8	13,5	100,0
801-1500 euros	9,7	28,1	24,6	20,1	17,4	100,0
1501-2500 euros	2,4	11,2	20,0	36,8	29,6	100,0
Mais de 2500 euros	3,5	10,5	14,0	44,2	27,9	100,0
cc = 0,36; $p > 0,000^*$						
Escolaridade do inquirido						
Nenhum	34,7	32,0	17,5	9,1	6,7	100,0
Até ao 1.º ciclo básico	15,4	36,1	18,8	17,6	12,0	100,0
Até ao 3.º ciclo do básico	9,1	28,8	17,7	23,9	20,6	100,0
Secundário incompleto	5,8	17,9	18,4	36,8	21,1	100,0
Secundário completo	1,5	27,0	13,1	21,9	36,5	100,0
Superior incompleto	5,9	28,7	9,9	21,8	33,7	100,0
Superior completo	2,2	14,1	18,5	31,1	34,1	100,0
cc = 0,41; $p > 0,000^*$						

* Coeficiente de contingência.

cendo com a mobilização cognitiva. Quanto maior a mobilização cognitiva, maior a automobilização política. Todavia, a dimensão do aglomerado não deixa de constituir uma variável preditora do modelo, com relativa independência face às restantes coordenadas.

Curiosamente, esta relação estatística não é significativa para o caso da participação de tipo associativo. Tal como tinha observado Villaverde Cabral (v. capítulo anterior), o modelo de regressão é bastante mais eficaz quando aplicado às práticas de mobilização do que às de associativismo. Com efeito, estas últimas parecem ser sensíveis sobretudo a rendimentos mais elevados, à maior frequência da prática religiosa e a uma maior mobilização cognitiva.

Em suma, as formas de relacionamento político tradicionais de tipo associativo são menos sensíveis ao espaço circundante, apesar de terem maior incidência em aglomerados com mais habitantes, como observámos anteriormente. No entanto, as componentes associativas reflectem realidades históricas desligadas da emergência mais recente de formas pós-materialistas de mobilização política. Apesar de interligadas (veja-se

Quadro 7.5 – Regressões lineares múltiplas: continente

Variáveis independentes	Práticas de mobilização	Práticas de associativismo
Variáveis sociais		
Sexo (<i>dummy</i>) ⁽ⁱ⁾	-0,06**	
Idade	-0,17***	
Nível de escolaridade	0,16***	
Número de horas de trabalho por semana		
Rendimento mensal líquido individual	0,21***	0,32***
Posição política (esquerda <i>vs.</i> direita)		
Frequência da prática religiosa ⁽ⁱⁱ⁾		-0,21***
Variáveis «geográficas»		
Dimensão do aglomerado de residência	0,10***	
Variáveis de socialização política		
Socialização política no passado (na família e na escola/universidade) ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Mobilização cognitiva ^{*(iv)}	-0,28***	-0,21***
R^2 ajustado	0,40	0,22
n	920	1015

* A variável «mobilização cognitiva» resulta da soma das seguintes variáveis: grau de interesse pela política, frequência de leitura de jornais e frequência de utilização da Internet para estar informado sobre os assuntos políticos. A escala varia de 1 – muita mobilização a 4 – nenhuma mobilização.

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: * $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ($p > 0,01$). (i) 1 – homem, 0 – mulher; (ii) 1 – algumas vezes por semana a 8 – nunca; (iii) 1 – nunca se falava de política a 4 – falava-se muito de política; (iv) 1 – muito mobilizado a 4 – nada mobilizado.

a análise dos indicadores de mobilização e associativismo no capítulo de Villaverde Cabral), as diferentes formas de pertença associativa ligam-se a fenómenos diversos (desde a Igreja ao engajamento político e sindical). Neste sentido, as suas bases tradicionais são ao mesmo tempo mais transversais socialmente – agregam indivíduos de diferentes níveis escolares e posições sócio-culturais – e dispersas territorialmente. As práticas associativas continuam a estar, ainda assim, mais ligadas a meios pequenos, o que sucede menos com a automobilização. Esta é tanto maior quanto maior for a dimensão do aglomerado.

O «efeito-metrópole» em Portugal

A primeira parte da análise mostrou-nos o efeito das ilhas urbanas sobre o comportamento político, reforçando a ideia de que a cidade ainda é o espaço privilegiado da cidadania. Esta conclusão conduz-nos de forma lógica ao segundo passo da análise. Se as cidades, mesmo pequenas e médias, exercem a sua influência, é expectável que este efeito se veja reforçado no caso da maior conurbação portuguesa: a Área Metropolitana de Lisboa.

Como tinha também concluído Villaverde Cabral, a participação política não convencional (mobilização e associativismo) varia consoante consideremos a população residente em Portugal continental ou na AML (quadros 7.6 e 7.7).

Quadro 7.6 – Práticas de mobilização no continente e na AML*

	Continente	Continente sem AML	AML
Práticas de mobilização: índice **	2,10	1,94	2,15
% de indivíduos que, ao longo da vida:			
Assinam uma petição	26,9	21,6	39,7
Compram ou não produtos por razões políticas, éticas ou ambientais	18,3	14,0	28,0
Participam numa manifestação	23,2	18,7	34,4
Participam num comício	18,8	16,6	23,8
Contactam um político ou um alto funcionário do Estado	8,0	6,9	10,3
Dão dinheiro ou recolhem fundos para causas públicas	54,5	53,0	57,1
Participam num fórum através da Internet	7,3	6,0	9,8
Total absoluto	1602	1185	854

* As amostras do continente e da Área Metropolitana de Lisboa (AML) são estatisticamente representativas da população residente. Deste modo, a comparação entre ambas pode ser considerada estatisticamente representativa. Ao contrário, a comparação com a amostra do continente sem a AML não possui a mesma representatividade estatística.

** Teste: $t(1414) = -7,23; p < 0,000$.

O índice «práticas de mobilização» resulta da soma das variáveis discriminadas no quadro 7.1. A escala utilizada varia entre 1 – nenhuma mobilização a 4 – muita mobilização.

Quadro 7.7 – Práticas de associativismo no continente e na AML

	Continente	Continente sem AML	AML
Práticas de associativismo: índice *	1,43	1,42	1,47
% de indivíduos que pertencem/ participam ou pertenceram a:			
Partido político	9,7	9,4	10,0
Sindicato, grémio ou associação profissional	23,8	21,8	29,0
Igreja ou organização religiosa	38,3	38,5	38,3
Grupo desportivo, recreativo ou cultural	27,5	23,6	36,1
Outra associação voluntária	16,2	14,7	19,8
Total absoluto	1602	1185	854

* Teste: $t(1583) = -2,67; p < 0,008$.

O índice «práticas de associativismo» resulta da soma das variáveis discriminadas no quadro 7.2. A escala utilizada varia entre 1 – nenhum associativismo a 4 – muito associativismo.

No que diz respeito às práticas de mobilização, os habitantes da AML apresentam consistentemente resultados mais elevados de participação do que os do resto do país. Como se pode ver no quadro 7.6, isto verifica-se sobretudo no tocante à compra de produtos por razões éticas (sensivelmente o dobro na AML relativamente ao resto do país), na participação em manifestações e na assinatura de petições. Estes resultados sugerem uma maior mobilização cívica na AML do que no resto do país, de acordo com a hipótese inicialmente proposta. No entanto, o mesmo se pode dizer quanto às práticas de associativismo, habitualmente corporificadoras de formas mais tradicionais de participação (quadro 7.7): embora de forma menos pronunciada, como seria aliás de esperar, também estas são mais intensas e frequentes na AML do que no resto do país.

Mais uma vez, podem ser várias as explicações para este efeito, também encontrado por Villaverde Cabral. Mas, perguntamos, o que será que produz este efeito? Será suficiente o facto de se residir num contexto urbano ou metropolitano para se ter maiores níveis de participação política? Ou será que é necessário estar ainda mais integrado nesse contexto, através do trabalho ou mesmo do acto de votar? De forma a medirmos diferentes dimensões da experiência metropolitana, decidimos distinguir estas várias formas de «inserção na urbanidade», transformando-as em variáveis que utilizámos para efectuar as análises de regressão linear que seguidamente comentaremos (quadro 7.8). Como nas

Quadro 7.8 – Regressões lineares múltiplas: continente

Variáveis independentes	Práticas de mobilização	Práticas de associativismo
Variáveis sociais		
Sexo (<i>dummy</i>) ⁽ⁱ⁾	-0,17***	
Idade		
Nível de escolaridade	0,23***	
Número de horas de trabalho por semana		
Rendimento mensal líquido individual	0,23***	0,317***
Posição política (esquerda <i>vs.</i> direita)		
Frequência da prática religiosa ⁽ⁱⁱ⁾		-0,226***
Variáveis «geográficas»		
Vive na AML <i>vs.</i> resto do continente (<i>dummy</i>)		
Trabalha na AML <i>vs.</i> resto do continente (<i>dummy</i>)	0,11**	
Vota na AML <i>vs.</i> resto do continente (<i>dummy</i>)		0,07*
Variáveis de socialização política		
Socialização política no passado (na família e na escola/universidade) ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Mobilização cognitiva ^(iv)	-0,32***	0,21***
	<i>R</i> ² ajustado	
	0,45	0,27
	<i>n</i>	
	921	1014

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: * $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ($p > 0,01$). (i) 1 – homem, 0 – mulher; (ii) 1 – algumas vezes por semana a 8 – nunca; (iii) 1 – nunca se falava de política a 4 – falava-se muito de política; (iv) 1 – muito mobilizado a 4 – nada mobilizado.

análises precedentes, as variáveis dependentes continuam a ser as práticas políticas de mobilização e de associativismo.

Os resultados obtidos sugerem, como esperávamos, que é importante desdobrar as diferentes formas de exposição à experiência metropolitana. Por um lado, verificamos que o valor explicativo do local de residência é nulo para ambos os tipos de participação política. Por outro lado, não é indiferente o facto de se trabalhar ou votar num contexto metropolitano. O trabalho profissional parece ligar-se positivamente à automobilização política; similarmente, o associativismo parece beneficiar da participação formal, através do voto, em contexto metropolitano. Em suma, constatamos que o engajamento no espaço é importante, seja através da esfera laboral, seja através da participação institucionalizada.

Os valores das regressões realizadas para a amostra representativa do Continente indicam, contudo, a relevância dos factores sociológicos clássicos, como o nível de escolaridade ou o rendimento, para a construção de um modelo explicativo (onde cerca de 45% da variância está explicada) das práticas de mobilização política dos portugueses. Destaca-se, mesmo assim, o maior poder de predição da mobilização cognitiva (ter interesse pela política, ler jornais, usar a Internet para estar informado) em relação a todos os outros factores. Esta estrutura tradicional de variáveis independentes já seria suficiente para prestar especial atenção às cidades quando falamos de mobilização (menos de associativismo). Afinal, é nos aglomerados urbanos que se concentram os mais elevados níveis de escolaridade e que os rendimentos do trabalho são superiores.

Para o contexto português, o argumento sai reforçado ao pensarmos um pouco em algumas das dinâmicas mais recentes da Área Metropolitana de Lisboa. Basta lembrar que, apesar de as taxas de actividade da AML serem muito semelhantes à média do país, o PIB *per capita* dos seus cerca de 1,3 milhões de trabalhadores é 40% mais alto que a média nacional (Ferrão, Rodrigues, Vala e Gomes 2003). As diferenças também são substanciais para os indicadores educativos, com 32% dos assalariados lisboetas com um nível superior de ensino, quando os valores nacionais não ultrapassam os 20%. É reveladora a crescente capacidade de atracção da AML de mão-de-obra qualificada, com todos os concelhos da região a registarem na década de 90 um aumento das percentagens de emprego na componente terciária superior. Só no concelho de Lisboa falamos de uma fatia que de 32% em 1991 passou para 43% em 2000, mas com crescimentos ainda mais substanciais nos concelhos de Oeiras (16% em 1991 para 38% em 2000) e Almada (17% em 1991 para 33% em 2001).⁸ Além disso, a AML tem reforçado a sua posição central como pólo universitário tanto através da consolidação e expansão dos estabelecimentos de ensino superior tradicionais, localizados sobretudo na cidade de Lisboa (Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa...), como pela abertura de novos centros espalhados por toda a malha metropolitana, com destaque, uma vez mais, para os concelhos de Oeiras (Instituto Superior Técnico, Universidade Atlântica) e Almada (Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, Instituto Piaget, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, etc.).

⁸ Também Setúbal e Cascais registaram aumentos, embora menores, da componente terciária superior. Setúbal chega agora aos 28%, enquanto Cascais passou de 21% para 27%.

A importância de se conhecerem as dinâmicas urbanas para falar de mobilização política é assim evidente para quem continue a ocupar-se em exclusivo com variáveis independentes tradicionais, como a educação ou o rendimento. À geografia do ensino superior português há que somar uma nova topografia económica de uma região onde estão sediadas cerca de 30% das empresas nacionais e na qual espaços vazios suburbanos vão sendo ocupados por parques de escritórios e tecnológicos (Quinta da Fonte, Tagus Park), e áreas tradicionalmente industriais ou mesmo rurais (Azambuja, Vila Franca de Xira, Alcochete) se reinventam em volta da logística e da armazenagem, tudo em estreita ligação com a expansão de infra-estrutura de mobilidade da AML (Ponte Vasco da Gama, CREL) (Coelho e Marques 2005).

Nada disto é surpreendente para quem está familiarizado com a literatura internacional associada ao papel das concentrações urbanas na economia global (Castells 1996-1997; Sassen 2001). No entanto, o mesmo renovado interesse na urbe como objecto privilegiado das ciências sociais tem insistido que há algo mais nas metrópoles do que capitalismo. Não basta olhar para a estrutura económica para dar conta da mobilização política. Tanto assim é que mesmo uma área metropolitana como a de Lisboa, que num *ranking* europeu ocupa uma posição relativamente modesta e periférica (Ferrão, Rodrigues, Vala e Gomes 2003), apresenta um efeito claramente identificável sobre a mobilização política independente dos níveis de rendimento e escolarização. A experiência urbana de trabalhar na AML tem suficiente significado estatístico (não a de apenas viver na AML) para ser tomada como pista de investigação sobre o «efeito-metrópole» nas práticas de cidadania. A maior mobilização política referida na secção anterior para os metropolitanos lisboetas não deriva apenas da diferente sociografia destes relativamente ao resto do país.

O caso é tanto mais interessante quanto os dados de abstenção em eleições revelam que os habitantes da AML votam substancialmente menos do que os restantes eleitores (60% para a AML; 74,6% para o resto do país).⁹ Este fenómeno, que poderia ser entendido como um efeito nefasto da urbanização sobre as práticas políticas, ganha um novo significado quando confrontado com os dados da mobilização. O suposto desinteresse pela política representado nas elevadas taxas de abstenção dos metropolitanos é compensado pelo maior investimento individual destes nas práticas de mobilização. O espaço da metrópole parece promover a presença em manifestações e comícios, a participação em causas públicas

⁹ Há que contar aqui com sobre-representação dos imigrantes na AML.

e petições ou a discussão em fóruns da Internet. A cidadania, na sua vertente de mobilização, assume assim uma dimensão espacial, ignorada de forma genérica pelos vários modelos explicativos. Uma dimensão que, de forma significativa, não é perceptível quando olhamos apenas para o associativismo e as suas formas institucionalizadas tradicionais (sindicatos, partidos...) de estar na política.

O «efeito-cidade» na Área Metropolitana de Lisboa

No entanto, ao considerarmos o «efeito-metrópole», ainda que desdobrado nas suas várias vertentes (residência, trabalho e voto), deparamo-nos com um problema. Antes tínhamos argumentado a favor da concentração urbana como factor responsável pela maior participação política. Ora, as áreas metropolitanas, em geral, caracterizam-se por uma certa dispersão territorial e funcional e por uma marcada segmentação social. Assim sendo, de que estamos, afinal, a falar quando nos referimos ao «efeito-metrópole»? Em nosso entender, a resposta a esta questão impõe-nos que destrincemos heurísticamente entre metrópole e cidade. Caso esta distinção se revele importante, teríamos de falar antes de um efeito da própria «cidade» no interior do espaço metropolitano, mais disperso e segmentado, e por isso menos favorável à convivência próxima da diferença, ao encontro com o *outro*. Os subúrbios, talvez a característica mais marcante da AML, tendem a encapsular as diferenças em bolsas relativamente homogéneas.¹⁰

Mais uma vez, esta realidade de suburbanização da residência coloca-nos diante de um dilema metodológico. A circulação urbana dos cidadãos, que diariamente se deslocam entre a casa e o trabalho, é hoje um dado adquirido. O crescimento exponencial das franjas populacionais submetidas a estes movimentos pendulares resulta, em larga medida, da transferência massiva de população do concelho de Lisboa (o centro da área metropolitana) para os concelhos circundantes (a periferia). Nos últimos vinte anos, o concelho de Lisboa perdeu cerca de 300 000 habitantes, passando de 800 000 para meio milhão de habitantes, num dos processos de desertificação urbana mais intensos da Europa. Contudo, é em Lisboa que continuam a concentrar-se as instituições, os serviços e a maioria dos postos de trabalho da AML, obri-

¹⁰ V., a este respeito, o interessante ensaio de Cândia (2005).

gando os residentes na periferia a deslocarem-se diariamente para a capital. Neste contexto, qual a importância real da mobilidade periferia-centro para aferir da relação entre participação política e exposição à vida urbana? Será que a residência, um critério rígido de localização dos indivíduos no espaço social, é o mais relevante? Ou, pelo contrário, e reiterando as conclusões da secção anterior, será na experiência de se trabalhar e circular na cidade de Lisboa que devemos procurar o factor-chave da participação política no interior da AML?

De acordo com a ideia de que no interior da AML o «efeito cidade de Lisboa» promoveria a participação política não convencional e, em particular, a de tipo mobilizado, decidimos adoptar a seguinte estratégia teórico-metodológica. De modo a identificar um «efeito-cidade» na AML optámos por considerar não só o facto de se viver no concelho de Lisboa, mas igualmente a experiência de aí se trabalhar diariamente, alargando novamente a definição de experiência urbana da cidade. Partimos da hipótese de que é, afinal, o vir para dentro da cidade e aqui passar o dia o factor mais importante para a construção de si como «urbanita». A verificar-se esta realidade, estaríamos perante uma relação virtuosa entre a experiência de se «viver e/ou trabalhar» em contextos urbanos e o exercício efectivo dos direitos de cidadania (mobilização). Para a tornar operacional de um ponto de vista estatístico construímos um índice de mobilidade entre o concelho de Lisboa e os restantes concelhos que compõem a AML (quadro 7.9).

Assim, o nosso «índice de mobilidade Lisboa-outros concelhos» inclui quatro categorias logicamente exaustivas e que variam entre um máximo de exposição à experiência urbana (aqueles que vivem e trabalham em Lisboa) e um mínimo de exposição a essa experiência (aqueles que vivem e trabalham fora do concelho de Lisboa, embora dentro da AML). Os resultados apontam para uma clara maioria de habitantes da AML para quem a cidade de Lisboa não faz parte da sua experiência quotidiana (quase 54%), embora a exposição à experiência urbana seja uma realidade do dia a dia para cerca de 45% deles. A questão que importa agora analisar é a forma como as práticas de participação política não convencional se relacionam com estes padrões de mobilidade e exposição à experiência de urbanidade. Numa frase, será que o «efeito-cidade» se destaca enquanto um preditor das práticas políticas dos habitantes da maior conurbação portuguesa? Os resultados obtidos parecem confirmar a nossa hipótese de trabalho.

Por um lado, verificamos que no interior da AML o «espaço» continua a ser uma coordenada relevante para explicar a participação política, so-

Quadro 7.9 – Mobilidade entre o concelho de Lisboa e os outros concelhos dentro da AML ($n = 767$)

	%
Vive e trabalha no concelho de Lisboa	18,4
Vive fora (na AML) e trabalha em Lisboa	26,9
Vive (AML) e trabalha fora de Lisboa	53,8
Vive em Lisboa, mas trabalha fora	1,0
Total	100,0

bretudo no que respeita às práticas de automobilização. Os cidadãos que, no último ano, participaram em manifestações, assinaram petições, orientaram o seu consumo por razões éticas ou políticas ou deram dinheiro para causas públicas vivem e trabalham em maior número no concelho de Lisboa. O contraste com aqueles que residem e trabalham fora da cidade de Lisboa é claro. Por outro lado, a nível da automobilização, a distinção entre as dimensões da residência e do trabalho parece favorecer mais a primeira do que havíamos observado a propósito do «efeito-metrópole». Viver em Lisboa parece constituir, por si só, um critério diferenciador. A exposição à cidade propiciada pelo trabalho continua a ser relevante para interpretar o comportamento político, devemos notar. É-o, contudo, menos do que as diferenças impostas pela residência na cidade. O maior contraste surge, ainda assim, entre os que estão expostos à cidade, porque nela vivem e/ou trabalham, e os indivíduos que vivem e trabalham noutros concelhos da AML.

Quadro 7.10 – Práticas de mobilização na AML

	Vive e trabalha no concelho de Lisboa	Vive fora (na AML), trabalha em Lisboa	Vive (AML) e trabalha fora de Lisboa	Coeficiente de contingência
% de indivíduos que no último ano:				
Assinaram uma petição	17,3	6,8	6,2	0,21***
Compraram ou não produtos por razões políticas, éticas ou ambientais	17,3	8,5	6,0	0,26***
Participaram numa manifestação	9,9	4,9	1,0	0,23***
Participaram num comício	3,5	4,4	2,5	0,16***
Contactaram um político ou um alto funcionário do Estado	2,2	1,5	1,5	n. s.
Deram dinheiro ou recolheram fundos para causas públicas	41,1	19,9	14,6	0,25***
Participaram num fórum através da Internet	3,5	6,4	2,8	0,14**

Quadro 7.11 – Práticas de associativismo na AML

	Vive e trabalha no concelho de Lisboa	Vive fora (na AML), trabalha em Lisboa	Vive (AML) e trabalha fora de Lisboa	Coefficiente de contingência
% de indivíduos que pertencem/participam ou pertenceram a:				
Partido político	4,9	7,3	4,2	0,13*
Sindicato, grémio ou associação profissional	22,0	14,6	11,7	0,16***
Igreja ou organização religiosa	28,4	24,2	29,0	0,22***
Grupo desportivo, recreativo ou cultural	14,8	16,5	11,7	0,15**
Outra associação voluntária	9,3	11,7	9,1	n. s.

De maneira a confirmar a hipótese de que a cidade propicia o exercício da cidadania, efectuámos uma análise de regressão linear que apresentamos seguidamente.

Quadro 7.12 – Regressões lineares múltiplas: continente

Variáveis independentes	Práticas de mobilização	Práticas de associativismo
Variáveis sociais		
Sexo (<i>dummy</i>) ⁽ⁱ⁾	-0,17***	0,18***
Idade		
Nível de escolaridade	0,20***	
Número de horas de trabalho por semana	-0,15***	
Rendimento mensal líquido individual	0,28***	0,26***
Posição política (esquerda <i>vs.</i> direita)		
Frequência da prática religiosa ⁽ⁱⁱ⁾		-0,26***
Variáveis «geográficas»		
Reside e/ou trabalha no concelho de Lisboa <i>vs.</i> outros concelhos da AML (<i>dummy</i>)	0,16***	
Variáveis de socialização política		
Socialização política no passado (na família e na escola/universidade) ⁽ⁱⁱⁱ⁾		0,15***
Mobilização cognitiva ^(iv)	-0,34***	-0,21***
	<i>R</i> ² ajustado	0,27
	<i>n</i>	467

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: * $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ($p > 0,01$). (i) 1 – homem, 0 – mulher; (ii) 1 – algumas vezes por semana a 8 – nunca; (iii) 1 – nunca se falava de política a 4 – falava-se muito de política; (iv) 1 – muito mobilizado a 4 – nada mobilizado.

Do ponto de vista do nosso argumento, o aspecto mais interessante deste modelo de regressão reside, com efeito, naquilo que designamos por «efeito-cidade» sobre as práticas de participação não convencional de tipo mobilizado. O facto de a exposição à cidade de Lisboa (por nela se viver ou trabalhar) ter impacto sobre a mobilização, mas não sobre o associativismo, pode ser explicado pelo carácter distinto destes dois tipos de participação. Enquanto, como vimos anteriormente, o associativismo não está tão directamente associado aos estilos de vida urbanos como a mobilização, temos razões para crer que, neste último caso, «cidade» e «cidadania» andam a par. Por outras palavras, a participação em manifestações, comícios ou fóruns na Internet, a assinatura de petições ou a compra de produtos por razões políticas são práticas de participação cívica cujo carácter pró-activo parece estar associado a contextos de sociabilidade lisboetas. Além disso, o facto de esta variável ter peso explicativo no modelo de regressão (a par com variáveis «clássicas», como a escolaridade ou o rendimento) sugere que o «efeito-cidade» não depende somente do carácter específico de uma sociografia urbana mais qualificada em termos académicos e sócio-económicos, mas de um real impacto da vivência dentro da cidade.

No entanto, outras variáveis revelam igualmente ter impacto sobre as práticas políticas. Observando com maior detalhe as variáveis com maior capacidade preditora de ambos os tipos de participação política não convencional, verificamos que a «mobilização cognitiva» aparece como o factor mais explicativo da mobilização (embora esteja também presente no modelo explicativo do associativismo), enquanto as formas de participação que passam pela pertença a associações e organizações colectivas parecem depender significativamente da prática religiosa (que explica 26% do modelo de regressão). Isto parece confirmar, por um lado, a estreita relação entre competências cognitivas e a capacidade de mobilização política e, por outro, a importância que a Igreja detém no quadro da chamada «sociedade civil» em Portugal.

A forma como o género se relaciona com ambas as formas de participação política é, todavia, interessante: como é habitual na literatura sobre este tema, os homens estão mais ligados ao associativismo, enquanto a mobilização tende a estar um pouco mais associada às mulheres. Por outras palavras, e confirmando algumas conclusões da literatura sociológica sobre o género em Portugal (Torres *et al.* 2006), as mulheres ganharam mais saliência em formas de participação não institucionalizadas, como as que estão implicadas nas práticas de automobilização. Esta tendência parece reflectir a influência da «nova cultura

política», que prevê um maior igualitarismo (no geral e também de género) nas relações sociais e políticas. Em contrapartida, o engajamento institucionalizado da prática associativa continua a exibir um carácter tendencialmente masculino.¹¹ A mobilização emerge, assim, como uma prática política associada às mulheres, a indivíduos tendencialmente mais escolarizados e que demonstram mais interesse por assuntos políticos, certamente devido ao carácter mais pró-activo deste tipo de participação por relação ao cariz mais institucionalizado do associativismo.

Valores políticos e participação: uma visão territorializada

Falta, no entanto, ainda responder a uma última questão. Se as práticas de participação política não convencional e, em particular, as de natureza mobilizada parecem estar positivamente relacionadas com a escolaridade, o rendimento, a mobilização cognitiva e a experiência urbana, o que se passa do ponto de vista dos valores e representações desses indivíduos? Apesar de este texto se debruçar em particular sobre as práticas dos indivíduos, importa não descurar a dimensão normativa do seu comportamento, avaliando-a também segundo a mesma perspectiva analítica e hipóteses de trabalho. Até que ponto são os valores políticos influenciados pelas coordenadas espaciais?

De forma a responder a esta questão, num primeiro passo, analisámos os direitos e deveres de cidadania, utilizando as questões incluídas no questionário ISSP de 2004. No quadro 7.13 apresentamos os resultados da análise de componentes principais realizada a fim de identificar as principais dimensões em que se organizam os valores políticos dos portugueses. Os procedimentos efectuados resultaram em quatro factores. O primeiro, *igualdade*, refere-se a ideais de igualdade material, social e moral. O segundo, *solidariedade*, agrega ideais associados à tolerância, respeito pelo ambiente e justiça distributiva. O terceiro, *conformismo*, retrata o respeito pela autoridade e a obediência às instâncias do Estado. Finalmente, o *militantismo* reflecte ideais de participação política pró-activa, seja através de organizações, do exército ou mesmo da desobediência

¹¹ Uma conclusão consonante com as teses que identificam e problematizam o carácter fundamentalmente masculino do político, sobretudo no âmbito dos partidos políticos. V. Viegas e Faria, *Cidadania, Integração e Globalização* (Oeiras: Celta Editora, 2000).

civil. De acordo com a grelha analítica de Inglehart, os dois primeiros factores parecem associar-se ao pós-materialismo, enquanto os dois seguintes tendem a reflectir uma mundivisão materialista.

Quadro 7.13 – Análise de componentes principais dos direitos e deveres de cidadania

	1 Igualdade	2 Solidariedade	3 Conformismo	4 Militantismo
Votar sempre nas eleições			0,62	
Nunca tentar fugir aos impostos			0,80	
Obedecer sempre às leis e aos regulamentos			0,77	
Manter-se vigilante em relação à actividade do governo			0,57	
Tentar compreender a maneira de pensar de pessoas com opiniões diferentes das suas		0,64		
Escolher produtos bons para a sociedade e para a natureza, mesmo que sejam caros		0,78		
Ajudar as pessoas que, em Portugal, vivem pior do que o(a) senhor(a)		0,77		
Ajudar as pessoas que, no resto do mundo, vivem pior do que o(a) senhor(a)		0,79		
Todos os cidadãos terem um nível de vida aceitável	0,81			
As autoridades respeitarem e protegerem os direitos das minorias	0,78			
As autoridades tratarem todas as pessoas da mesma maneira, independentemente da sua posição social	0,80			
Os políticos escutarem os cidadãos antes de tomarem decisões	0,82			
As pessoas terem mais oportunidades de participação nas decisões de interesse público	0,72			
Participar nas organizações sociais ou políticas				0,64
Os cidadãos poderem participar em acções de desobediência civil quando estão contra as acções do governo				0,68
Estar disposto a prestar serviço militar quando for preciso				0,46
Eigenvalues	3,47	2,71	2,26	1,55
Variância explicada	21,69	16,95	14,10	9,71

Quadro 7.14 – Valores políticos segundo coordenadas espaciais

	Igualdade	Solidariedade	Conformismo	Militantismo
Total (média)	6,13	5,89	6,56	5,11
Dimensão do aglomerado				
Até 499 habitantes	6,20	6,01	6,72	4,98
500-1999 habitantes	6,16	5,96	6,63	5,34
2000 a 9999	6,04	5,87	6,43	5,29
10 000 a 49 000	6,00	5,80	6,43	4,99
50 000 a mais de 100 000	6,25	5,82	6,59	4,81
Eta ² =	0,012***	0,006**	0,025***	0,028***
Residência na AML				
Sim	6,05	5,81	6,45	4,91
Não	6,16	5,92	6,59	5,18
Eta ² =	0,003**	0,002*	0,009***	0,010***
Trabalha na AML				
Sim	6,17	5,92	6,59	5,17
Não	6,00	5,79	6,46	4,91
Eta ² =		0,009***		
Mobilidade Lisboa outros concelhos AML				
Vive e trabalha no concelho de Lisboa	6,06	5,98	6,50	4,58
Vive fora (na AML), trabalha em Lisboa	6,04	5,89	6,46	4,93
Vive (AML) e trabalha fora de Lisboa	5,95	5,62	6,42	4,97
Eta ² =	n. s.	0,021***	n. s.	0,014**

O cruzamento destas quatro dimensões normativas com as várias variáveis geográficas utilizadas neste capítulo (quadro 7.14) sugere a existência de uma relação significativa de associação, embora nem sempre estatisticamente muito impactante. Como é sabido, as dimensões normativas, quando questionadas através deste tipo de métodos, tendem a conformar-se a padrões de resposta homogeneizantes, dada a força de determinados ideários (igualdade, solidariedade, etc.) no Portugal pós-25 de Abril. Ainda assim, conseguimos detectar algumas tendências relevantes, indicando a maior adesão a valores de tipo igualitário à medida que o grau de urbanidade aumenta. Em contrapartida, o conformismo, a solidariedade e o militantismo parecem associar-se preferencialmente a contextos de menor urbanidade. Contudo, o desdobramento das variáveis geográficas que operacionalizamos permite-nos ir um pouco mais longe, complexificando esta aparente dicotomia. Se não, vejamos: a dimensão conformista encontra-se realmente mais associada a contextos de menor dimensão, mas o mesmo não sucede de modo linear com as restantes componentes normativas. Em ambos os casos, estas parecem sensíveis a experiências vivenciais da urbanidade, cor-

Quadro 7.15 – Regressões lineares múltiplas: valores políticos no continente

Valores independentes	Igualdade	Solidariedade	Conformismo	Militantismo
Variáveis sociais				
Sexo (<i>dummy</i>) ⁽ⁱ⁾				
Idade		0,19***	0,36***	0,27***
Nível de escolaridade				-0,24***
Número de horas de trabalho por semana				
Rendimento mensal líquido individual				-0,17**
Posição política (esquerda <i>vs.</i> direita)		0,11**		
Frequência da prática religiosa ⁽ⁱⁱ⁾	-0,19***	-0,12**	-0,18***	
Variáveis «geográficas»				
Dimensão do aglomerado de residência	0,16***			
Reside na AML (<i>dummy</i>)				
Trabalha na AML (<i>dummy</i>)	-0,12**			
Vota na AML (<i>dummy</i>)				
Reside e/ou trabalha no concelho de Lisboa <i>vs.</i> outros concelhos da AML (<i>dummy</i>)		-0,14***		
Variáveis de socialização política				
Mobilização cognitiva ⁽ⁱⁱⁱ⁾			-0,21***	-0,23***
Socialização política no passado (na família e na escola/universidade) ^(iv)		0,14**		0,17**
R^2 ajustado	0,07	0,08	0,16	0,15
n	1559	1526	1524	1377

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: * $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ($p > 0,01$). (i) 1 – homem, 0 – mulher; (ii) 1 – algumas vezes por semana a 8 – nunca; (iii) 1 – nunca se falava de política a 4 – falava-se muito de política; (iv) 1 – muito mobilizado a 4 – nada mobilizado.

porificadas no acto de trabalhar no espaço urbano ou de viver no centro da metrópole. A simples dimensão do aglomerado de residência é insuficiente para captar o carácter nuanceado desta relação virtuosa.

A análise de regressão linear apresentada no quadro 7.15, em que incluímos o conjunto alargado de variáveis geográficas utilizadas ao longo do capítulo, ajuda-nos a clarificar estes fenómenos. A adesão a valores de solidariedade parece realmente vincular-se à experiência urbana na capital. Este resultado, quando confrontado com o que tínhamos observado relativamente à dimensão do aglomerado de residência, parece corroborar a distinção entre «efeito-metrópole» e «efeito-cidade». Se a cidade favorece a abertura ao *outro*, a tolerância e o sentido de justiça social, como Jane Jacobs sugeriu há algumas décadas (Jacobs 1961), o mesmo parece não se aplicar ao contexto mais disperso e segmentado da área metropolitana. Afinal, a cidade, *locus* clássico do civismo, parece

promover valores de solidariedade entre indivíduos, contrariando as teses que sugerem a associação entre urbanidade e excessivo individualismo. Entretanto, esta maior adesão a valores de solidariedade também poderia ser explicada à luz das teses sociológicas da reprodução social das desigualdades – quem mais dá é quem mais tem para dar.

Por outro lado, quando analisamos as variáveis com impacto sobre os valores de igualdade, destaca-se a experiência do trabalho em contexto urbano, novamente assinalando a importância desta dimensão da exposição à urbanidade. A associação entre valores igualitários e coordenadas espaciais é, aliás, muito importante, de acordo com os resultados obtidos. As variáveis sociológicas clássicas, tais como a idade ou a escolaridade, desaparecem do modelo explicativo, sugerindo a transversalidade social deste ideal, que, no entanto, encontra na sua relação com a urbanidade uma medida de diferenciação.

Em suma, mobilização (práticas), solidariedade e igualdade (valores) parecem estar associadas, sobretudo em contexto urbano: quanto mais intensa é a exposição à vida na cidade *strictu sensu*, mais frequentes são as práticas de participação política mobilizada e mais frequente é a adesão a valores de perfil pós-materialista.

Conclusão

Neste texto explorámos três aspectos da relação entre cidade e cidadania a partir de uma visão alargada e multidimensional do espaço e da urbanidade como preditores da participação política. Pretendíamos, por um lado, comprovar o efeito da urbanidade sobre a participação, comparando-o com o impacto de coordenadas sociais clássicas e de socialização política. Por outro lado, procurámos testar a valência explicativa das coordenadas espaciais, desdobrando-as em várias escalas de análise (nacional, AML, cidade de Lisboa) e várias dimensões da experiência urbana: o viver, o trabalhar, o votar. Os resultados que obtivemos apontam para o impacto da urbanidade sobre o comportamento e os valores numa relação que não deixa, contudo, de apresentar algumas nuances.

Num primeiro momento discutimos o fenómeno que designámos por «efeito-cidade» a nível do território nacional. Os dados obtidos sugerem uma relação virtuosa entre a dimensão do aglomerado onde se habita e a participação política, sobretudo a de natureza automobilizada: quanto maior o local onde se reside, maior a propensão para a prática deste tipo de actividades políticas. As ilhas urbanas que têm vindo a

emergir e a crescer no Portugal contemporâneo revelam-se a esta luz focos potenciadores do exercício da cidadania, por contraponto às teses individualistas mais radicais que advogam o aumento de formas de participação desterritorializadas. O espaço urbano tem relevo explicativo por si mesmo. Em condições similares em termos de capitais escolares e sócio-profissionais (as variáveis-chave da diferenciação social em Portugal), os residentes na cidade participam sempre mais do que aqueles que habitam fora dela.

Num segundo tempo analítico centrámos a nossa atenção na AML, a maior conurbação do nosso país. O padrão de variações observadas obedeceu à mesma lógica, mostrando o contraste entre as populações metropolitanas e as que residem no resto do país. Confrontados com o carácter segmentado da experiência urbana na metrópole, optámos por analisar diferentes aspectos dessa experiência, o que nos permitiu destacar a importância do trabalho profissional e do voto como elementos discriminantes, para além de um simples critério de residência. Afinal, trabalhar na AML parece promover a automobilização, enquanto o facto de nela se votar se vincula a maiores níveis de práticas associativas.

Por fim, analisámos o «efeito-cidade de Lisboa» no seio da AML. Os lisboetas, ou seja, aqueles que habitam na cidade ou que nela passam grande parte do seu quotidiano de trabalho, mostram-se quer mais propícios a formas individualizadas de participação política (as manifestações, o consumo orientado por valores, o uso da Internet, etc.), quer mais adeptos de valores políticos pós-materialistas, tais como a solidariedade. A concentração e heterogeneidade da vida na cidade continuam a marcar algumas diferenças face à dispersão e segmentação operante na região metropolitana.

Em suma, a inclusão das dimensões espaciais nos modelos de análise da participação política revelou-se importante para compreender as mudanças operadas na participação política dos portugueses nas últimas décadas. Estas não podem ser desligadas das profundas transformações na geografia do país que têm vindo a promover a concentração urbana das populações, tendência clássica dos processos de modernização. O espaço permanece, hoje como ontem, um elemento imprescindível para compreendermos os processos sociais e políticas. Neste sentido, e não obstante todas as transformações das actividades produtivas e do tecido social, o contraste entre o campo e a cidade não dá mostras de se ter desvanecido.